Ao
Ilustre Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Padua

Prezados Senhores,

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubistchek nº 2041 e 2235, Bloco A, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, vem, perante Vossa Senhoria, em atenção ao certame licitatório ora mencionado, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**, pelas razões abaixo expostas.

QUESTIONAMENTOS PADRÕES FOPA

SOBRE A ADMINISTRAÇÃO

1. Fsfs Considerando que as multas operacionais poderão utilizar como base o Valor de Referência Contratual correspondente à outorga integral, está correto o entendimento de que:
   a) nenhuma multa será aplicada automaticamente;
   b) falhas operacionais sem danos relevantes serão inicialmente submetidas a correção, plano de ação ou advertência;
   c) será exigida demonstração do nexo causal e da imputabilidade da contratada;
   d) a penalidade observará gravidade, extensão, número de usuários afetados, duração, reincidência e dano efetivamente comprovado;
   e) não haverá cumulação de multas ou encargos pelo mesmo fato; e
   f) o percentual aplicado será proporcional ao impacto da obrigação inadimplida, evitando -se a incidência máxima sobre a integralidade da outorga em ocorrências pontuais?
2. Considerando a previsão de multa de mora de 1% por dia útil, está correto o entendimento de que ela incidirá exclusivamente sobre o valor da obrigação pecuniária efetivamente em atraso, e não sobre obrigações operacionais ou sobre parcela da outorga já recolhida? Está correto, ainda, o entendimento de que o limite de 30% será aplicado com observância da proporcionalidade, do contraditório e da vedação de dupla punição?
3. Considerando que a outorga é qualificada como fixa, irreajustável e irrevisável, mas o próprio edital ressalva as hipóteses dos arts. 124, II, "d", e 130 da Lei nº 14.133/2021, está correto o entendimento de que permanecerá assegurada a recomposição da equação econômico-financeira em caso de fato extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, inclusive alteração regulatória superveniente que gere impacto material e comprovado sobre o custo da contratação?

4. Considerando a natureza inversa e não linear da fórmula $PV = P^2 \div OR$, está correto o entendimento de que o intervalo mínimo de R$ 5.000,00 incidirá exclusivamente sobre o Preço Virtual registrado no sistema, ainda que a variação correspondente da Outorga Re al seja diferente em cada etapa da disputa? Solicita -se confirmar, igualmente, que eventual erro material de conversão poderá ser corrigido sem alteração do PV efetivamente registrado, preservando-se a classificação originalmente formada pelo sistema.

5. Considerando a existência de órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta, solicita-se o esclarecimento dos seguintes pontos:

a) O objeto do presente certame abrangerá mais de um CNPJ, ainda que pertencentes à mesma estrutura administrativa?
b) Em caso positivo, gentileza informar o nome e CNPJs envolvidos, bem como relacionar nominalmente cada um deles, indicando sua natureza jurídica e respectiva vinculação administrativa.
c) A entidade promotora do certame detém legitimidade jurídica e competência legal para realizar a licitação e firmar contrato em nome dos demais CNPJs eventualmente abrangidos, nos termos da legislação aplicável?
d) Os pagamentos de pensionistas, aposentados e servidores inativos serão processados e efetuados pela entidade licitante ou pelo Instituto de Previdência? Caso os pagamentos sejam realizados pelo Instituto de Previdência, solicita-se esclarecer se este integrará formalmente o contrato de processamento de folha de pagamento decorrente do presente certame, inclusive para fins de responsabilidade contratual.

6. Considerando que o site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN disponibiliza um painel onde apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. Pergunta-se: esta entidade pública possui seus dados e informações contábeis atualizados junto à STN, com a respectiva atribuição de seu CAPAG (Capacidade de pagamento)? Caso não os tenha, qual é a providência que essa entidade pública tomará para obtenção de seu CAPAG atualizado?

PIRÂMIDE SALARIAL E SERVIDORES

7. Em relação a pirâmide salarial de novos CNPJs que atualmente não estão com o Santander, pedimos:

a) Que seja informada a quantidade de CPF's constantes nesse processo de folha de pagamento.
b) Que seja informada a quantidade de matrículas constantes nesse processo de folha de pagamento.
c) Caso o processo seja para mais de uma entidade, solicitamos esclarecer quais os tipos de vínculos com esta Entidade (por exemplo: comissionados, efetivos, inativos, pensionistas, estagiários, temporários e bolsistas).

ABERTURA DE CONTA SALÁRIO

8. Considerando a natureza do serviço de processamento de folha de pagamento dos servidores públicos:

a) Está correto o entendimento de que a instituição vencedora deverá obrigatoriamente realizar a abertura de contas na modalidade conta salário para os servidores, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil?
Confirma-se que a conta salário deverá permitir a posterior portabilidade para outra instituição financeira, conforme normas vigentes?

9. Tendo em vista que os pagamentos dos salários e benefícios, nos termos da Resolução 5058, do CMN-Bacen, deverão ocorrer por meio de crédito em conta salário, aderentes portanto às normas do Banco Central do Brasil, e que a abertura/movimentação da conta corrente é uma opção do servidor, todas as passagens do

Edital e da minuta de contrato que mencionam que os créditos salariais e os benefícios serão pagos por conta corrente devem ser interpretados como crédito em conta salário? Sendo confirmado que se trata de conta salário, serão assegurados aos beneficiários dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

ESTRUTURA OPERACIONAL

10. Considerando a necessidade de operacionalização da folha e atendimento aos servidores:

a) Está correto o entendimento de que a instituição financeira participante deverá possuir estrutura operacional e autorização regulatória compatível com a prestação de serviços bancários completos, incluindo abertura e manutenção de contas salário?

INFRAESTRUTURA

11. Em relação às exigências de infraestrutura, questionamos:

a) Com o objetivo de ratificar nosso entendimento, favor confirmar se está correto o entendimento de que não há exigência de instalação ou manutenção de estrutura física no município para execução do objeto, sendo possível o atendimento dos servidores e beneficiários exclusivamente por meio dos canais remotos da instituição financeira, tais como Internet Banking, Aplicativo, Central de Atendimento Telefônico e demais canais digitais.

FUNDEB

12. Tendo em vista que os recursos oriundos do FUNDEB devem ser movimentados em conta bancária específica, nos termos da legislação vigente, solicita-se confirmar o entendimento de que as disposições da Lei do FUNDEB serão integralmente observadas no âmbito do presente certame.

Nesse sentido, questiona-se se, havendo a utilização de recursos do FUNDEB/FNDE para pagamento da folha, será aberta conta bancária específica do FUNDEB junto ao banco vencedor do certame, viabilizando o processamento e pagamento das remunerações, proventos e demais verbas de qualquer natureza devidas aos profissionais da educação, em conformidade com a legislação aplicável.

CONSIGNADO

13. Sobre o crédito consignado, pergunta-se:

a) Dos servidores efetivos, qual porcentagem tem 100% da margem consignável comprometida? Pedimos ainda que seja revelado qual a porcentagem de servidores que tem a margem parcialmente comprometida e qual a porcentagem que está livre.

b) Qual o modelo de averbação utilizado pela Prefeitura? Atualmente a Prefeitura utiliza alguma averbadora?

ARRECADAÇÃO

14. Considerando que a atividade de pagamento dos fornecedores também conversa com a rotina e sistemática da folha de pagamento, podemos considerar que a Instituição vencedora também terá o pagamento a fornecedores da Prefeitura?

15. Considerando que geralmente o Banco detentor da folha possui a centralização financeira da Prefeitura, podemos concluir que o município poderá receber os tributos em conta de sua titularidade nesta instituição financeira?
16. Em linha a pergunta anterior, podemos dizer que o ganhador da folha poderá implantar o PIX e o PIX automático nas guias da Prefeitura para recebimento dos tributos sendo de forma exclusiva?

PAGAMENTO

17. Quanto ao pagamento da proposta vencedora do certame, solicita-se esclarecer:

a) Considerando as disposições da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária), questionamos como deverá ocorrer a emissão da nota fiscal para fins de pagamento durante o período de transição. A Administração fornecerá orientações específicas quanto ao preenchimento dos novos campos relativos ao IBS, CBS e demais informações fiscais, ou caberá à contratada observar integralmente a legislação vigente no momento da emissão da nota fiscal?
b) Considerando que o pagamento da outorga está condicionado à assinatura do contrato pelas partes, solicitamos informar qual será o prazo para devolução do instrumento contratual devidamente assinado pela Administração e pelas demais partes envolvidas, contado da assinatura pela instituição financeira vencedora, a fim de viabilizar a efetivação do pagamento nos prazos estabelecidos no edital.
c) É correto o entendimento que o valor devido pela proposta vencedora deverá ser pago em conta aberta na instituição financeira vencedora do certame?
d) Na hipótese de o objeto do certame abranger mais de um CNPJ, o pagamento será realizado de forma segregada e proporcional entre os entes envolvidos?
e) Caso positivo, solicita-se esclarecer os critérios de proporcionalidade, bem como a metodologia e a forma operacional adotadas para a divisão dos valores.
f) Considerando a necessidade de observância aos procedimentos internos de controle, compliance e governança, é correto o entendimento de que, em caso de adjudicação do objeto, o pagamento da proposta poderá ser efetuado pelo banco vencedor no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato por todas as partes?

CONTRATO ATUAL

18. Acerca da existência de contrato atualmente vigente para processamento de folha de pagamento, solicita-se esclarecer:

a) Considerando que existe contrato do Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP vigente junto ao Santander, com término previsto para dezembro/2026, favor esclarecer se o início da operação da instituição financeira vencedora ocorrerá somente após o encerramento do contrato atualmente vigente.

NOVO CONTRATO

19. Solicitamos informar qual será o prazo para encaminhamento do instrumento contratual à instituição financeira vencedora, após a homologação do certame, para assinatura pelas partes.

20. Considerando que o contrato somente produz seus efeitos após a assinatura de ambas as partes, solicitamos esclarecer se será aceita a assinatura em formato totalmente digital ou híbrido (uma parte com assinatura digital e a outra manual).

Caso seja necessária a assinatura manual, questionamos se o prazo para pagamento poderá ser contado a partir do envio do contrato digitalizado, após a conclusão das assinaturas de ambas as partes, com a devida comunicação de que o documento foi assinado na data informada, sem aplicação de penalidades em razão do prazo estipulado em edital.

21. Considerando que no edital não consta a forma com a qual será feita a sistemática do processamento da folha, ponderando a possibilidade de evitar erros no processamento e sabendo que, conforme entendimento do STF no Julgado do Agravo Regimental na Reclamação nº 3.872-6 -DF, o envio de valores para o pagamento dos servidores não configura a disponibilidade de caixa prevista no artigo 164, § 3º da Constituição Federal, pedimos que os valores sejam enviados um dia antes do efetivo crédito dos servidores, e que o arquivo contendo os dados dos servidores seja enviado em até dois dias antes do crédito, baixando assim consideravelmente a possibilidade de erros.

22. Poderiam, por gentileza, informar com quanto tempo de antecedência a Prefeitura disponibilizará o recurso financeiro para pagamento dos servidores?

23. Pedimos ratificar nosso entendimento, durante o prazo do contrato:

a) A instituição financeira vencedora terá exclusividade no processamento da folha?
b) A instituição financeira vencedora terá exclusividade na utilização dos imóveis ocupados pela(s) entidades(s) envolvida(s) neste processo, bem como exclusividade na realização de propaganda, divulgação e venda de produtos bancários?

PREGÃO ELETRÔNICO

24. Considerando a possibilidade de participação na fase de lances eletrônicos por empresas cujo ramo de atividade não corresponda à prestação de serviços bancários, solicitamos esclarecimento quanto ao procedimento a ser adotado pela Administração.
Nesse sentido, questiona -se se eventuais lances ofertados por empresas que não atendam ao objeto do certame serão automaticamente desconsiderados, bem como se, nessa hipótese, o certame poderá ser reiniciado sem a participação da referida empresa, de forma a preservar a legalidade, a isonomia entre os licitantes e a adequada execução do objeto licitado.

25. Considerando que a disputa ocorrerá por meio do sistema Compras.gov.br (Gov.br), utilizando a metodologia de conversão entre Outorga Real e Preço Virtual prevista no edital, favor esclarecer:

a)Qual será o valor inicial a ser cadastrado no sistema para abertura da etapa de lances?

b)O sistema Compras.gov.br está parametrizado para recepcionar e classificar os lances pelo critério de menor valor, de forma que o menor Preço Virtual corresponda à maior Outorga Real, conforme fórmula estabelecida no edital?
c)Existe intervalo mínimo entre os lances? Em caso positivo, favor informar qual o valor ou percentual que será parametrizado no sistema.
d)Os lances deverão ser ofertados em valor monetário (R$) ou em percentual (%)?
e) Qual o (R$) ou (%) incluir para cadastrar proposta?

26. Considerando a possibilidade de participação na fase de lances eletrônicos por empresas cujo ramo de atividade não corresponda à prestação de serviços bancários, solicitamos esclarecimento quanto ao procedimento a ser adotado pela Administração.

27. Nesse sentido, questiona-se se eventuais lances ofertados por empresas que não atendam ao objeto do certame serão automaticamente desconsiderados, bem como se, nessa hipótese, o certame poderá ser reiniciado sem a participação da referida empresa, de forma a preservar a legalidade, a isonomia entre os licitantes e a adequada execução do objeto licitado.

28. Tratando-se de Pregão Eletrônico, no qual é vedada a identificação prévia dos licitantes, solicita-se a confirmação do entendimento de que a utilização de papel timbrado, contendo apenas as informações institucionais e de representação da interessada, não caracteriza identificação do licitante, não ensejando, portanto, desclassificação ou penalização da instituição.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA

29. Está correto o entendimento de que os documentos poderão ser apresentados sem rubricas, sem numeração e sem apresentação de índice/sumário?

30. Considerando que os serviços objeto da licitação envolvem processamento de folha de pagamento e abertura de contas para servidores, questiona-se:

a) Está correto o entendimento de que somente poderão participar do certame instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação vigente aplicável ao Sistema Financeiro Nacional?
b) Caso positivo, solicita-se confirmar se instituições de pagamento, fintechs ou bancos digitais que não possuam autorização para funcionamento como instituição financeira plena junto ao Banco Central não poderão participar do certame.

PROPOSTA

31. Em relação à proposta a ser apresentada, questiona-se se há modelo padrão a ser obrigatoriamente seguido pelos licitantes. Em caso negativo, solicita-se esclarecer quais são as informações mínimas e obrigatórias que deverão constar na proposta.

Por todo o exposto, requeremos esclarecimentos acerca dos itens acima, na medida em que as soluções dos presentes questionamentos interferem diretamente na execução do futuro contrato administrativo a ser firmado entre o licitante vencedor e essa Ilustre Administração Pública.

No aguardo de orientações em tempo hábil para eventual participação, subscrevemo-nos, renovando nossos protestos de estima.

Solicito também que as respostas sejam encaminhadas nos seguintes e-mails:
barbara.pereira@santander.com.br; fabiola.sakano@santander.com.br;
gustavo.mendes@santander.com.br; vanderson.araujo@santander.com.br.

_____

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
CNPJ: 90.400.888/0001-42

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
CNPJ: 90.400.888/0001-42
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição - São Paulo/SP - CEP 04543-011

MEMBER OF Dow Jones Sustainability Indices In Collaboration with RobecoSAM
FTSE4Good